

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 058 DE 21 DE MARÇO DE 2014.**

Altera o art. 5º da Lei Municipal nº 3.879, de 15 de maio de 2013, que cria o “Auxílio para Diferença de Caixa Complementar” aos servidores do Poder Executivo Municipal que, por força das atribuições próprias do seu cargo, pague ou receba valores em moeda corrente e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL**, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

Art. 1º Fica alterado o art. 5º da Lei Municipal nº 3.879, de 15 de maio de 2013, o qual passará a ter a seguinte alteração:

**“Art. 5º A presente Lei terá vigência até 30 de abril de 2015.”**

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Eldorado do Sul, 21 de março de 2014.

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI**  
Secretária de Administração

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal

**Publicada em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 058, de 21 de março de 2014, que **“Altera o art. 5º da Lei Municipal nº 3.879, de 15 de maio de 2013, que cria o “Auxílio para Diferença de Caixa Complementar” aos servidores do Poder Executivo Municipal que, por força das atribuições próprias do seu cargo, pague ou receba valores em moeda corrente e dá outras providências.”**

O presente projeto de Lei tem por finalidade estender o período de vigência da presente Lei por mais 1(um) ano, ou seja, até o prazo de 30 de abril de 2015.

Rememora-se os nobres Edis que a referida lei havia se dado em razão da defasagem que o auxílio representava em relação a evolução da receita municipal, bem como a movimentação financeira realizada pelos servidores.

As alterações propostas pelo Tribunal de Contas do Estado que aumentou significativamente as responsabilidades dos servidores que atuam nesta área, inclusive aumentando suas atribuições conforme se verifica através da Lei Municipal nº 3.711 de 2012 também foram consideradas na criação do referido auxílio.

Por fim, cabe destacar que, nos termos do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estudo de impacto orçamentário-financeiro, visto que a despesa, ora estendida, será realizada por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Desta forma, contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**

Prefeito Municipal